



GRAU DE INVESTIMENTO

O Brasil vai ter, Guarulhos já tem.

Relatório da AUSTIN Rating® que concedeu
a Guarulhos o Grau de Investimento.



Junho 2007

Rating**A-**

Boa capacidade para honrar compromissos financeiros.

Risco muito baixo de *default*.

Data: 22/jun/2007

Sobre o Rating:**Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Jun/07: Atribuição: A-

Última Revisão:**Próxima Revisão:** em 6 meses**Data-base:****Validade:** 22/jun/2008**FUNDAMENTOS DO RATING**

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 22 de junho de 2007, atribuiu o *rating A-* de longo prazo, em escala nacional, ao Município de Guarulhos.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na capacidade adequada para o Município honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de recorrentes superávits orçamentários e primários, significativa participação na composição da economia do Estado (3,3% em 2004) ocupando a segunda posição e a 25ª posição no ranking nacional de PIB que inclui Estados e municípios. Maioria governista na Câmara dos Vereadores contribuindo para a aprovação de medidas encaminhadas pelo Executivo, bem como o cumprimento dos indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal e adoção de programas para aumento da eficiência na arrecadação fiscal e maior controle dos custos operacionais.

Por outro lado, há fatores que impedem uma classificação melhor do *rating*, como a baixa capacidade de geração de recursos, o que gera relativa dependência de recursos do Estado e União, uma vez que 55% das receitas correntes são originadas de transferências correntes, enquanto 23% são receitas tributárias, baixo nível de publicação e divulgação no portal de internet do Município de relatórios sobre o desempenho das contas públicas. Há ainda importante déficit na área de infra-estrutura básica (saneamento e energia elétrica), e significativa parcela dos passivos contingenciais (déficit previdenciário e estoque de precatórios) representando 14,3% das receitas correntes líquidas.

Outros fatores avaliados que ampararam a classificação foram: (i) baixo nível da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), fato que mantém boa margem para endividamento com políticas voltadas ao desenvolvimento econômico da região; (ii) boa infra-estrutura logística (aéreo e rodoviário), fator que, no médio prazo, reduz a necessidade de realização de novos investimentos; e (iii) modernização nos processos de arrecadação tributária com desenvolvimento de programas eletrônicos e estímulos à utilização de serviços *on-line* como escrituração eletrônica de ISSQN, reduzindo o nível de sonegação, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal do Município, e sistema de compra via pregão eletrônico, reduzindo os custos do município.

Analista responsável:Alex Agostini
Tel.: 55 11 3377 0710
alex.agostini@austin.com.brCátia Mota
Tel.: 55 11 3377 0718
catia.mota@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br**PERSPECTIVA**

Perspectiva **estável**. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Município de Guarulhos continuará empenhando esforços em políticas administrativas, focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na contenção de seus passivos contingenciais, elevação da eficiência da arrecadação fiscal e gastos correntes com foco na redução da dependência de transferências intergovernamentais. Há também a necessidade de realizar políticas de investimentos focadas na melhoria das condições de moradia, com ênfase na área de saneamento básico.

Por outro lado, a persistência do déficit previdenciário, bem como adoção de uma política moderada para a redução do estoque de precatórios, são fatores que contribuem para a manutenção da atual classificação, bem como preserva o risco de um possível rebaixamento durante o período de monitoramento do *rating*.

Dessa forma, a divulgação dos resultados do desempenho das finanças do Município nos próximos meses, bem como a efetivação dos diversos programas de aumento da eficiência do sistema de arrecadação e investimentos focados no desenvolvimento do setor produtivo, serão determinantes para uma melhora ou piora do *rating* face às medidas implementadas ou não pela atual gestão.

Fatores Positivos

- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL;
- Redução das despesas com pessoal nos últimos anos, desonerando gradativamente a execução orçamentária;
- Crescimento da participação do setor industrial, além de sua diversificação;
- Investimentos na inovação tecnológica, tanto no processo de arrecadação quanto do controle de custos;
- Boa representatividade na economia nacional, figurando entre os dez maiores municípios em termos de PIB;
- Continuidade política e maioria da base governista na Câmara dos Vereadores;
- Bom nível de investimentos em Saúde;
- Boa infra-estrutura logística, com foco no escoamento da produção tanto por via aérea quanto rodoviário.

Fatores Negativos

- Problemas operacionais quanto à divulgação de relatórios sobre o desempenho dos indicadores de gastos com educação e saúde previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Baixa capacidade de geração de recursos, sendo que aproximadamente 55% das receitas são provenientes de transferências correntes (intergovernamentais);
- Indicadores de infra-estrutura básica abaixo da média nacional e estadual, denotando necessidade de investimentos, principalmente em saneamento básico;
- Elevado e crescente déficit previdenciário, com recorrentes aportes do tesouro municipal;
- Significativo estoque de precatórios, representando 10% do orçamento municipal, aliado à adoção de política moderada de redução desse passivo.

1. ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

O Município de Guarulhos está situado na região metropolitana de São Paulo, principal centro econômico do país, a 17 km no sentido noroeste da capital. Com população estimada pelo IBGE em 1.283.253 habitantes para o ano de 2006 (3,2% da população do Estado e 0,68% do total do Brasil), sendo mais de 97% urbana, abriga o maior aeroporto internacional do país, o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, popularmente conhecido como Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica.



Com o segundo maior parque industrial de São Paulo, está na 25ª posição entre as maiores economias do país (incluindo Estados e municípios), conforme quadro a seguir, ficando à frente dos seguintes Estados: Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Rondônia, Piauí, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima.

MAIORES ECONOMIAS DO BRASIL - PIB 2004

Ranking	Estado / Cidade	Preços correntes (R\$ bilhões)
1º	São Paulo	546,6
2º	Rio de Janeiro	222,6
3º	Minas Gerais	166,6
4º	São Paulo (Capital)	160,6
5º	Rio Grande do Sul	142,9
6º	Paraná	108,7
7º	Bahia	86,9
8º	Rio de Janeiro (Capital)	74,0
9º	Santa Catarina	70,2
10º	Pernambuco	47,7
11º	Distrito Federal	43,5
12º	Brasília	43,5
13º	Goiás	41,3
14º	Amazonas	35,9
15º	Espírito Santo	34,5
16º	Pará	34,2
17º	Ceará	33,3
18º	Manaus	29,7
19º	Mato Grosso	27,9
20º	Belo Horizonte	24,5
21º	Campos dos Goytacazes	21,3
22º	Mato Grosso do Sul	20,0
23º	Curitiba	19,1
24º	Macaé	18,3
25º	Guarulhos	18,2

Fonte: IBGE

Elaboração: Austin Rating

A economia de Guarulhos se mantém equilibrada entre o setor de serviços e o setor industrial. Até 2003, o setor de serviços tinha participação maior na economia, no entanto, o setor industrial vinha crescendo em ritmo maior e em 2004 assumiu a primeira posição em valor adicionado.

Guarulhos ingressou, em 2002, na lista dos municípios brasileiros que possuem 25% do PIB nacional, resultado principalmente do crescimento do setor industrial centrado em atividades como fabricação de máquinas, aparelhos elétricos, automóveis, materiais plásticos e borracha. Apesar de ter perdido duas posições no *ranking* nacional para os Municípios de Curitiba e Macaé, em 2004, ocupou a 6ª posição entre as economias do Sudeste e a 9ª entre todos os municípios do Brasil, com representatividade de 1,03% do PIB nacional.

A cidade vem buscando novos recursos, através de financiamentos junto a instituições nacionais e internacionais como BID e BNDES para investimentos em infra-estrutura e modernização na gestão, além de atividades em conjunto com a UNICAMP e FGV, que buscam suporte técnico para administração municipal na política de contenção de custos. A melhoria das condições estruturais tende a atrair investimentos privados (empresas) o que, no futuro, refletirá positivamente na arrecadação proveniente de tributos.

DEZ MAIORES MUNICÍPIOS SEGUNDO PIB TOTAL, DE SÃO PAULO - 2004

R\$ milhões correntes

Municípios	Valor Adicionado			PIB	Total
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Total do Estado	33.552,94	238.016,43	242.978,99	514.548,36	546.606,82
São Paulo	22,37	59.888,26	92.561,89	152.472,52	160.637,53
Guarulhos	13,59	8.923,24	7.568,76	16.505,59	18.194,92
São José dos Campos	28,27	12.088,36	4.473,72	16.590,35	17.679,81
São Bernardo do Campo	1,09	10.050,43	5.231,79	15.283,31	16.906,08
Campinas	85,05	5.367,42	6.581,06	12.033,53	14.716,83
Barueri	-	5.038,24	5.019,83	10.058,07	11.346,63
Paulínia	35,51	5.766,59	3.605,90	9.408,01	10.010,04
Santo André	0,21	4.957,97	3.690,14	8.648,32	9.629,90
Osasco	-	2.079,25	9.267,65	11.346,90	9.496,52
Sorocaba	14,41	4.977,43	2.844,87	7.836,70	8.524,11

Fonte: Fundação Seabe

1.1. Diferencial competitivo

Guarulhos apresenta uma economia diversificada e dinâmica. Em 2004, o município de Guarulhos representava 3,33% do PIB do Estado, sendo a segunda principal economia da região, atrás apenas da Capital São Paulo.

O setor industrial é o de maior representatividade no PIB municipal, sendo que vem ganhando espaço ao longo dos últimos anos. Em 1999, ficava atrás do setor de serviços, quando representava 44,99% da economia, passando para 50,25% em 2004, através de um crescimento gradual e sustentado. Enquanto isso, o setor de serviços diminuiu sua representatividade de 54,94% em 1999, para 45,86% em 2004 (vide quadro a seguir).

Esse resultado se deve, em parte, pela grande diversificação da indústria, que conta com mais de 2.500 empresas de variados segmentos, sendo os principais: metalúrgica, farmacêutica e química, auto-peças, mecânica, têxtil e vestuário, gráfica e construção civil.

Além disso, o município vem direcionando sua política para atração de investimentos através de incentivos fiscais, em que empresas interessadas em implantar ou expandir suas instalações podem pleitear isenção de impostos como IPTU e ISSQN por período limitado.

**VALOR ADICIONADO, PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) e PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA,
A PREÇO CORRENTE**

	Valor Adicionado				PIB	PIB Per Capita (R\$ 1)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total		
2004	13,59	8.293,24	7.568,76	16.505,59	18.194,92	14.927,80
2003	15,94	7.045,37	7.535,23	14.596,53	16.038,65	13.515,30
2002	10,35	5.806,26	6.668,06	12.484,67	13.927,10	12.064,00
2001	10,02	5.665,54	6.492,54	12.168,10	13.692,25	12.197,00
2000	5,08	4.818,34	6.063,92	10.887,34	12.238,97	11.217,00
1999	5,81	4.281,07	5.227,82	9.514,71	10.783,26	10.175,27

Fonte: SEADE

Elaboração: Austin Rating

1.2. Comércio exterior

Guarulhos é a 6ª maior cidade em exportações no *ranking* estadual e 14º no *ranking* nacional. Sua representatividade no comércio exterior estadual e nacional está ligada à infra-estrutura logística que dispõe e das 301 empresas na área de exportações e 351 na área de importações.

O comércio exterior de Guarulhos encerrou o ano de 2006 com superávit de US\$ 447,9 milhões, fruto de exportações de US\$ 1,86 bilhão e importações de US\$ 1,4 bilhão. As exportações de Guarulhos responderam por 1,35% das exportações brasileiras e por 1,54% das importações no ano passado.

Considerando os principais blocos econômicos, os Estados Unidos são o maior destino das exportações, com 16,78%, seguido pelos países da Aladi com 11,8%, União Européia 10,1%, e pelo Mercosul com 9,2%.

Individualmente, os serviços prestados a aeronaves que não contemplam um país específico consomem 42% das exportações de Guarulhos, seguido pelos Estados Unidos com 16,7%, que baixou sua participação em relação a 2005 (quando foi responsável por 18,6% das exportações). Em terceiro lugar está a Argentina, com 7,3%, seguida pela Alemanha (6,9%) e Colômbia (4,1%).

A pauta de exportações de Guarulhos contempla participação importante de produtos intermediários, como insumos industriais e peças e acessórios de equipamentos de transporte, bem como bens de capital. Particularmente, os combustíveis e lubrificantes para aeronaves são responsáveis por 41% das exportações, gerando receita de US\$ 761,8 milhões, reflexo da localização do principal aeroporto internacional do país no município.

Nas importações realizadas pelo Município em 2006, sobressaem-se as realizadas dos países da União Européia que representam 42% do total, seguidos pela Ásia, com 20,6% e Estados Unidos com 20,3% das importações de Guarulhos. Individualmente, os Estados Unidos se mantêm como principal origem das importações com 19,7%, apresentando uma queda de 3,3% em relação ao ano anterior. Os principais itens da pauta de importação estão vinculados à entrada de bens intermediários como, por exemplo, insumos industriais, bens de capital e bens de consumo não duráveis.

1.3. Infra-estrutura

Guarulhos apresenta uma das melhores infra-estruturas logísticas do país, com boa localização geográfica e servida por diversos meios de distribuição da produção, com destaque para a proximidade de algumas das principais rodovias do país (Dutra, Ayrton Senna e Fernão Dias) e portos como Santos e São Sebastião, bem como a existência do principal aeroporto internacional (Cumbica).

A rodovia federal Dutra faz ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto a Fernão Dias permite o acesso a Minas Gerais e a rodovia estadual Ayrton Senna liga ao Vale do Paraíba. Em Guarulhos estão localizados portos secos e entrepostos comerciais que facilitam as transações comerciais que passam pela cidade.

A cidade abriga o principal aeroporto internacional do Brasil: o Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica. Localizado a 25 km do centro da cidade de São Paulo, conta com área de 14km², onde passam diariamente cerca de 100 mil pessoas. Aproximadamente 370 empresas estão instaladas em sua área, gerando 22 mil empregos diretos e 60 mil indiretos. O aeroporto apresenta o maior terminal de cargas da América do Sul e o segundo da América Latina, com exportações variadas, que vão desde frutas a insumos industriais.

O processo de exportações através do aeroporto internacional de Guarulhos é rápido, sendo que a liberação leva menos de 48 horas para ser expedida e a oferta diária de vôos chega a 500 pousos e decolagens. O aeroporto está localizado a 100 km do Porto de Santos e a 200 km de Campinas, o que o transforma numa boa alternativa para exportação da produção.

1.4. Educação e Saúde

O Município mantém nível de escolaridade acima dos observados no Estado de São Paulo e no Brasil, com 94,2% da população alfabetizada. A sua classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,798, o que o coloca na 191ª posição entre os municípios de São Paulo e, entre os municípios da federação, no 607º lugar. A forma de apuração do IDH é pela média ponderada entre indicadores de renda, longevidade e educação, e seu resultado varia numa escala de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o maior índice atingido revela melhor situação.

Tal colocação demonstra que Guarulhos ainda tem que melhorar nos indicadores de renda e longevidade, que são os mais deficientes no município. Apenas educação se mantém em níveis satisfatórios, segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Os indicadores de infra-estrutura básica também revelam que há carência de investimentos nas habitações, sendo que abastecimento de água e esgoto sanitário e energia elétrica têm níveis de atendimento à população abaixo do observado no Estado.

O município trata apenas 8% da água utilizada, pois não há estações de tratamento. Porém, segundo a prefeitura, já estão em curso investimentos para construir seis estações de tratamento de água e esgoto que elevarão o percentual de água tratada para 40%. Os recursos serão obtidos junto à Caixa Econômica Federal e a execução do projeto ficará a cargo da SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos).

Quanto à questão do fornecimento de energia elétrica, o município negocia uma linha de crédito da ordem de R\$ 15 milhões para realizar os investimentos necessários para amenizar essa questão, que se encontra em níveis baixos relativamente aos demais entes públicos.

Nesse sentido, os indicadores apontados no quadro a seguir revelam que o município deve intensificar o direcionamento de recursos para investimentos em infra-estrutura básica como saneamento, energia, saúde e educação nos próximos anos. Portanto, terá efeito direto sobre sua capacidade de pagamento e investimentos em áreas voltadas ao setor produtivo que, no médio e longo prazo, desenvolvem a região. Esse é um fator que pesa negativamente no processo de atribuição do *rating*, porém, a realização desses investimentos contribuirá positivamente numa nova avaliação do *rating*.

INDICADORES SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

SETOR	INDICADOR	GUARULHOS		ESTADO DE SÃO PAULO		BRASIL	
		Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total
POPULAÇÃO	População residente (1º julho)	1.283.253	-	40.441.565	-	180.921.139	-
	Habitantes por domicílio	4,4	-	3,3	-	3,5	-
	Natalidade infantil (por mil)	17,46	-	16,6	-	20,4	-
	Mortalidade infantil (por mil)	14,66	-	16,5	-	25,8	-
INFRA-ESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	289.833	-	12.207.114	-	52.280.968	-
	abastecimento de água	274.443	94,69%	12.108.945	99,2%	47.778.877	91,4%
	Esgoto sanitário	223.432	77,09%	12.169.241	99,7%	50.248.644	96,1%
	Iluminação elétrica	ND	-	12.175.412	99,7%	51.559.283	98,6%
	Telefone	ND	-	10.382.052	85,0%	37.973.938	72,6%
	Coleta de lixo	285.109	98,37%	11.488.644	94,1%	41.787.758	79,9%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo		5,80%	-	5,4%	-	10,9%
	População Alfabetizada	811.920	94,20%	34.328.468	84,9%	152.740.402	84,4%
	Sem instrução e menos de 1 ano	49.714	5,77%	2.219.208	6,5%	16.544.614	10,8%
	1 a 3 anos de estudo	114.874	13,33%	3.444.420	10,0%	21.491.304	14,1%
	4 a 7 anos de estudo	323.059	37,48%	10.162.631	29,6%	47.646.385	31,2%
	8 a 10 anos de estudo	169.484	19,66%	6.264.192	18,2%	25.045.868	16,4%
	11 a 14 anos de estudo	166.017	19,26%	9.379.865	27,3%	33.025.959	21,6%
	15 anos ou mais de estudo	34.747	4,03%	2.778.272	8,1%	8.576.360	5,6%
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	210	-	10.939	-	77.004	-
	Públicos	84	40,0%	5.054	46,2%	45.089	58,6%
	Privados	126	60,0%	5.885	53,8%	31.915	41,4%

Fonte: IBGE

Elaboração: Austin Rating

2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

2.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O atual prefeito, Elói Alfredo Pietá integra a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Está à frente da prefeitura de Guarulhos há dois mandatos consecutivos, sendo que em 2005 foi reeleito no primeiro turno. A câmara municipal é composta por 34 vereadores eleitos para cargos de quatro anos e a maioria é da base governista, o que é favorável,

visto que todas as leis encaminhadas pelo Poder Executivo Municipal foram aprovadas sem qualquer obstrução.

3. CONTAS PÚBLICAS

3.1. Servidores públicos municipais

Em 2005, o quadro de servidores públicos estatutários de Guarulhos, somente relacionados à Administração Direta, era formado por 1.852 ativos e 1.276 inativos, totalizando 3.138 servidores (último dado disponível consolidado). O quadro tem se mantido estável desde 2003, quando houve queda de 10,59% no número de servidores. Apesar do número de servidores se manter estável, o comprometimento do orçamento relativo a gastos com pessoal tem diminuído significativamente ao longo dos anos, como será salientado adiante na análise dos indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal. É importante destacar que o quadro geral de servidores, incluindo os de economia mista, conta com aproximadamente 20 mil pessoas.

QUADRO DE SERVIDORES PREFEITURA DE GUARULHOS				
Ano	2002	2003	2004	2005
Ativos	1.877	1.848	1.872	1.852
Aposentados	1.348	914	922	910
Pensionistas	268	361	357	376
Total	3.493	3.123	3.151	3.138

Fonte: Ministério da Previdência

Elaboração: Austin Rating

3.2. Orçamento municipal de 2007

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2007 no valor de R\$ 1,54 bilhão, sendo R\$ 1,0 bilhão destinado ao Orçamento Fiscal e R\$ 535 milhões ao Orçamento de Seguridade Social. A elaboração do orçamento tem como premissas: i) projeções de IPCA de 4,5%; ii) taxa de crescimento do PIB nacional de 4,0%; iii) taxa de crescimento da frota de veículo (na medida em que interfere na Cota-Parte IPVA); e iv) melhora na eficiência da gestão fiscal, bem como foram consideradas as evoluções da arrecadação mensal dos três últimos exercícios.

As receitas correntes respondem por 96% do orçamento, sendo que as receitas tributárias representam 23% e os principais impostos são o IPTU e ISSQN, enquanto as transferências correntes (FPM, ICMS, IPVA, etc.) representam 55%, revelando boa dependência do município com relação aos recursos transferidos pelo Estado e União.

**QUADRO DA RECEITA E DESPESA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS
ORÇAMENTO 2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %	DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %
1. Receitas Correntes	1.475,1	96,01%	1. Despesas Correntes	1.293,5	84,19%
Receitas Tributárias	358,9	23,36%	Pessoal e Encargos Sociais	588,6	38,31%
IPTU	180,5	11,75%	Juros e Encargos da Dívida	14,9	0,97%
ISSQN	120,0	7,81%	Outras Despesas Correntes	690,0	44,91%
ITBI	14,5	0,94%			
IRRF	30,0	1,95%			
Receita de Contribuições	9,9	0,64%			
Receita Patrimonial	24,8	1,61%			
Receita de Serviços	211,3	13,75%	2. Despesas de Capital	223,3	14,53%
Transferências Correntes	846,8	55,12%	Investimentos	188,6	12,28%
Cota-Parte FPM	30,5	1,99%	Inversões Financeiras	2,2	0,15%
Cota-Parte ICMS	531,0	3,74%	Amortizações da Dívida	32,4	2,11%
Cota-Parte IPVA	57,5	3,74%			
Outras Receitas Correntes	96,2	6,26%			
Deduções da Receita Corrente	(85,7)	-			
Rec. Correntes Intra-Orçamentárias	12,9	0,84%			
2. Receitas de Capital	61,3	3,99%	3. Reserva de Contingência	19,6	1,27%
Operações de Crédito	15,8	1,03%	Reserva de Contingência	19,6	1,27%
Alienação de Bens	0,1	0,01%			
Transferências de Capital	45,3	2,95%			
Outras Receitas de Capital	0,5	0,03%			
TOTAL	1.536,3	100%	TOTAL	1.536,3	100%

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças - LOA

Elaboração: AUSTIN RATING

3.3. Capacidade de arrecadação

O Município possui autonomia relativamente baixa quanto à sua capacidade de arrecadação, uma vez que mais de 55% das receitas municipais se referem às transferências correntes oriundas do Estado e da União. As principais fontes próprias de arrecadação são o ISSQN e o IPTU, que juntos representaram, no exercício de 2006, 83,7% do total das receitas tributárias e 19,6% da receita total.

As transferências correntes de maior expressão são as provenientes do Estado. Em 2006, o município recebeu do Estado R\$ 597,8 milhões, ou seja, 38,36% das Receitas Correntes, sendo as principais transferências a Cota-Parte ICMS (R\$ 531 milhões) e a Cota-Parte do IPVA (R\$ 57,5 milhões). Já as transferências da União representaram 10,18% das Receitas Correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios, com R\$ 28,4 milhões.

O município tem diversas ações em curso para ampliar sua eficiência de arrecadação tributária. Uma dessas ações é a atualização do cadastramento de habitações (residências e indústrias), visto que o último foi realizado em 1993, que será acompanhado de um levantamento aerofotogramétrico (vide item 6. Inovação tecnológica).

É importante destacar que a definição da transferência de recursos do ICMS arrecadado pelo Estado para os municípios é realizada conforme os coeficientes determinados para cada cidade. O índice é calculado a partir das seguintes variáveis e pesos:

I – 76% com base na relação percentual entre o valor adicionado em cada município e o valor total do Estado nos dois exercícios anteriores ao da apuração;

II – 13% com base no percentual entre a população de cada município e a população total do Estado, de acordo com o último recenseamento geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

III – 5% com base no percentual entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma da receita tributária própria de todos os municípios paulistas;

IV – 3% com base no percentual entre a área cultivada de cada município, no ano anterior ao da apuração, e a área cultivada total do Estado levantada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

V – 0,5% com base no percentual entre a área total, no Estado, dos reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica e a área desses reservatórios no município, existentes no exercício anterior, levantadas pela Secretaria de Energia;

VI – 0,5% em função de espaços territoriais especialmente protegidos existentes em cada município e no Estado, observados os critérios estabelecidos na Lei;

VII – 2% com base no resultado da divisão do valor correspondente a esse percentual pelo número de municípios do Estado existentes em 31 de dezembro do ano anterior ao da apuração.

Nesse sentido, vale destacar que o PIB do município responde por 3,2% do PIB do Estado, o que o coloca em segundo lugar, atrás apenas da Capital. Porém, no ano de 2005, o índice de participação de Guarulhos nas Transferências de Cota-Parte ICMS apresentou queda, o que representou uma diminuição na receita realizada em relação ao previsto no orçamento, mas a expectativa é que o índice se estabilize, voltando a crescer de acordo com a arrecadação estadual de ICMS, o que já pode ser verificado no exercício de 2006.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Resultado orçamentário

O Município de Guarulhos apurou R\$ 1,39 bilhão em receitas e R\$ 1,26 bilhão em despesas no ano de 2006, incorrendo em um superávit orçamentário de R\$ 126,9 milhões, revelando um significativo aumento de seis vezes em relação ao superávit alcançado no ano anterior, de R\$ 17,5 milhões.

As Receitas Totais cresceram em nível superior ao crescimento observado nas Despesas Totais. Enquanto as receitas cresceram 21,9% entre os exercícios de 2005 e 2006, as despesas cresceram 12,5%. Esse resultado se deve, em parte, ao crescimento de 24,0% das Transferências Correntes ao município e da Receita Patrimonial, de 198%.

Apesar do crescimento da Despesa de Capital de 42,5%, principalmente, investimentos (33,8%) e Amortizações da Dívida (58,2%), o aumento das Despesas Correntes se manteve em nível menor (9,5%), assegurado pelo decréscimo de 1,8% na sua rubrica mais representativa que é Pessoal e Encargos Sociais.

No grupo das despesas realizadas pelo Município, o empenho de recursos com pessoal e encargos sociais, representou 51,8% da despesa de 2006, quebrando a tendência de queda de peso na execução orçamentária registrada desde 2003, quando a despesa com pessoal representou 53,9% da despesa total. Os gastos com investimentos em 2006 ficaram no patamar de R\$ 121,3 milhões, ou seja, 14,9% maiores que o nível atingido em 2005 de R\$ 105,6 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO DE GUARULHOS
RECEITA E DESPESA

valores a preços correntes (R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006
RECEITAS TOTAL	915.449	1.023.821	1.142.514	1.392.319
RECEITAS CORRENTES	905.107	1.014.992	1.131.486	1.378.560
RECEITA TRIBUTARIA	221.939	249.383	285.974	319.597
IPTU	123.832	132.243	147.740	166.267
ISSQN	54.757	73.696	90.888	100.571
ITBI	8.303	8.727	10.554	13.231
IRRF	24.139	26.075	26.192	28.478
TAXAS	10.034	7.886	9.602	9.688
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	873	757	998	1.363
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.089	19.080	18.925	20.949
RECEITA PATRIMONIAL	24.805	15.022	14.363	42.919
RECEITA DE SERVIÇOS	129.061	129.397	163.067	190.652
TRANSFERENCIAS CORRENTES	483.217	576.356	617.420	765.706
(-) CONTAS REDUTORAS (ICMS, FPM, IPI Exp)	(60.552)	(64.588)	(65.803)	(75.531)
COTA-PARTE FPM	nd	21.979	24.362	28.428
COTA-PARTE ICMS	nd	395.803	402.108	465.879
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	nd	353.194	360.667	418.776
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.549	90.343	97.540	114.268
RECEITAS DE CAPITAL	10.342	8.829	11.029	13.759
OPERACOES DE CREDITO	0	0	0	0
ALIENACAO DE BENS	763	192	2	0
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0	0	0	0
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	9.579	8.636	10.915	13.757
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	111	2
DESPESAS TOTAL	842.687	993.676	1.124.998	1.265.442
DESPESAS CORRENTES	767.263	883.996	1.023.537	1.120.839
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	462.353	504.139	547.408	537.642
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.257	2.303	15.466	17.374
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	303.653	377.553	460.664	565.823
DESPESAS DE CAPITAL	75.424	109.680	101.461	144.604
INVESTIMENTOS	58.632	89.358	64.140	85.788
INVERSOES FINANCEIRAS	0	697	592	715
AMORTIZACAO DA DIVIDA	16.792	19.625	36.729	58.101
OUTRAS DESPESAS	0	0	0	0
SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita - Despesa)	72.762	30.145	17.516	126.877
SUPERÁVIT/DÉFICIT (em % da Receita Total)	7,9%	2,9%	1,5%	9,1%
RESULTADO PRIMÁRIO	73.313,70	37.167,91	55.369,66	159.446,03

nd - não disponível

Fonte: Secretaria de Finanças

Elaboração: Austin Rating

4.2. Resultado primário e evolução dos indicadores fiscais

A execução orçamentária de 2006 encerrou o ano com superávit primário da ordem de R\$ 159,4 milhões, valor acima da meta estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de R\$ 5,4 milhões. O resultado primário apresentou crescimento de 187% em relação a 2005, quando foram apurados R\$ 55,37 milhões.

A Dívida Consolidada Líquida de Guarulhos manteve-se abaixo dos limites máximos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelo histórico, desde 2001, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida se encontra próxima de 60%, enquanto o limite definido pela LRF é de 120%.

O ritmo de amortização da dívida permaneceu em trajetória crescente, sendo fator positivo para o equacionamento da dívida, uma vez que esta permanece estável ao longo dos últimos exercícios. O município vinha empenhando esforços para ajuste de sua situação junto ao INSS e FGTS que emitem certidões de regularidade importantes para a aquisição de financiamentos, sendo que recentemente Guarulhos obteve êxito, fator que reforça a capacidade municipal de cumprimento de objetivos referentes ao seu ajuste fiscal.

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

	2002	2003	2004	2005	2006
	R\$ milhões				
I. RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	839,59	890,73	1.008,92	1.128,17	1.349,41
II. DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS	756,02	824,64	971,75	1.072,80	1.189,97
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	83,56	66,09	37,17	55,37	159,45
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	482,98	590,68	667,73	714,29	823,96

Fonte: Secretaria de Finanças

Elaboração: Austin Rating

5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF	
<p>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO</p> <p>Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.</p>	<p>Relatório de Gestão Fiscal – RGF</p> <p>Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.</p>
Tipo de Despesa	Limite
Pessoal e Encargos Sociais	<p>Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL</p> <p>Limite Prudencial: até 51,30% da RCL</p> <p>Limite Máximo: até 54,00% da RCL</p>

Pessoal e Encargos Sociais	Despesa total com pessoal Consolidada em relação à RCL
	Limite Prudencial: até 57,0% da RCL
	Limite Máximo: até 60,0% da RCL
Dívida Consolidada Líquida	120 % da RCL
Operações de Crédito	Operações de Crédito Internas e Externas: 16,0% da RCL
	Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,0% da RCL

5.1. Indicadores de desempenho da LRF

Desde a promulgação da LRF, em maio de 2000, os Municípios são obrigados a publicar os relatórios de acompanhamentos das despesas e receitas como, por exemplo, o Relatório de Gestão Fiscal, para dar maior transparência e solidez ao processo de ajuste fiscal dos entes públicos. Nesse sentido, é importante ressaltar que Guarulhos não disponibilizou em sua página na internet os relatórios referentes ao ano de 2001 e, em nenhum dos anos, os demonstrativos com vinculações de gastos para educação e saúde. Apesar da abertura da administração em dispor destes relatórios quando solicitado, é importante que os mesmos sejam publicados assim como todos os outros relatórios da LRF.

O município demonstra que têm atingido todas as metas previstas pela LRF, apesar dos ajustes no primeiro ano, quando a lei entrou em vigor. No quadro de desempenho dos indicadores da LRF do município de Guarulhos, o limite da relação DCL sobre RCL é respeitado entre os anos de 2000 a 2006. O limite para o cumprimento desse indicador é de até 120% da RCL, enquanto o município apresenta relação de 59,77% em 2006, apresentando movimento de queda desde o ano de 2003. Este fato revela que ainda há capacidade de endividamento sem comprometimento do equilíbrio fiscal, podendo, portanto, direcionar gastos para investimentos com o objetivo de desenvolver a economia local como, por exemplo, infra-estrutura.

O município também cumpriu os limites das Vinculações Constitucionais para as áreas da Educação e da Saúde, com destaque para a última, que apresenta gastos de 19,83% em 2006, enquanto o mínimo a ser aplicado é 15%. É importante destacar que os investimentos nessa área garantem um crescimento mais robusto e desenvolvimento com maior qualidade no longo prazo, garantindo à região melhores condições para a gestão das finanças públicas.

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, outro importante indicador de desempenho da LRF, se manteve dentro do limite de 54%. Os gastos com pessoal em 2006 alcançaram 44,15%, o menor nível observado nos últimos cinco anos, além disso, têm mantido uma trajetória de queda consistente, o que é um fator positivo para o município.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA L.R.F.

INDICADORES	LIMITES	Valores em % da RCL					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos sociais/Consolidado	< ou = 60% da RCL	52,00%	51,13%	50,27%	49,91%	48,70%	44,15%
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	48,60%	47,74%	46,94%	46,52%	45,17%	41,51%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	60,31%	59,62%	64,75%	65,79%	63,13%	59,77%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 25%	25,90%	25,10%	26,40%	25,50%	25,30%	25,70%
Vinculações Constitucionais - Saúde	> ou = 15%	14,21%*	15,65%	17,85%	17,73%	18,93%	19,83%
Investimento	% da RCL	nd	nd	6,48%	8,80%	5,67%	6,22%
Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões		753,6	810,0	905,1	1.015,0	1.131,5	1.378,6

nd: não disponível

(*) Para o ano de 2001o valor mínimo a aplicar era de 14,68%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Austin Rating

6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

A Prefeitura de Guarulhos tem procurado facilitar as relações com investidores potenciais no município. Para tanto, foi criado o Programa de Atendimento ao Investidor, o qual visa assegurar maior transparência sobre as características e potencial produtivo da cidade, aliado a mecanismos de desburocratização e acompanhamento de regularização da empresa até sua completa instalação. Este programa visa atender aos investidores de pequeno e grande portes.

No *site* na internet da prefeitura são disponibilizados diversos serviços e informações à população, como informações sobre tributos e escrituração *on-line* de ISSQN, busca por empregos, assistência social, PROCON, informações estatísticas e geográficas da cidade, entre outros. A disponibilização de ferramentas que facilitem o acesso entre o gestor e o cidadão aumenta a agilidade de caracterização e o cumprimento de demandas do município.

O município está investindo na ampliação de sua base de dados, sendo que o último levantamento é do ano de 1993, o que poderá contribuir para o aumento da arrecadação de tributos como IPTU e ao ISSQN. Prevê-se a realização de levantamento aerofotogramétrico, recurso com a finalidade de determinar a forma, dimensões e posição dos objetos contidos numa fotografia, através de medidas efetuadas sobre a mesma, que é utilizado por algumas capitais brasileiras para identificar economias omissas no cadastro fiscal.

6.1. Pregão Eletrônico

O objetivo do Pregão Eletrônico é a negociação do preço dos bens adquiridos pelo setor público, por meio de procedimentos eletrônicos, com a garantia, por parte do Estado, do pagamento aos fornecedores na data de seu vencimento, ajustada no contrato. Além disso, o Pregão Eletrônico traz maior agilidade, transparência e economia aos cofres públicos. As licitações são efetuadas através do Banco do Brasil e possibilitaram, em 2006, economia de R\$ 14,96 milhões para o município (ou 1% do orçamento para 2007).

A adoção de sistemas que busquem o aumento da eficiência administrativa, com racionalização dos recursos, e a diminuição da sonegação fiscal através dos sistemas eletrônicos de controle fiscal, reflete de forma positiva no processo de classificação do *rating* do Município.

6.2. Nota Fiscal Eletrônica

O sistema de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) está em curso de avaliação pela Secretaria de Finanças, com base em experiências em outros municípios. No entanto, não há prazo para que o sistema eletrônico entre efetivamente em funcionamento. A expectativa é que a adoção do sistema contribua com até 10% de aumento na arrecadação fiscal.

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para a substituição da sistemática atual de emissão do documento fiscal, em papel que acoberta as operações com mercadorias entre empresas, reduzindo custos, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Benefícios

O Projeto NF-e instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes, para a sociedade e para as administrações tributárias como, por exemplo:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

A inovação efetiva no processo de arrecadação e gastos refletirá de forma positiva na classificação do *rating*, pois,

como já citado nos parágrafos anteriores, essas iniciativas aumentam a eficiência da gestão da arrecadação, inibindo a sonegação e ampliando a agilidade, quanto racionaliza a gestão dos gastos reduzindo os valores despendidos pela máquina administrativa.

7. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

7.1. Previdência social

O regime próprio de previdência de Guarulhos é administrado pelo Instituto de Previdência e Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos – IPREF, existente desde o ano de 1992. Em 2006, o déficit previdenciário chegou a R\$ 43,1 milhões, ou seja, arrecadou apenas 31% do valor necessário para pagamento dos inativos. Este déficit é coberto pelos cofres municipais, o que representou, em termos relativos, em 2006, 8% do valor empenhado em pessoal e encargos sociais. Atualmente, a prefeitura conta com aproximadamente 20.000 servidores (incluindo os de origem de economia mista), sendo que deste montante, apenas 1.400 funcionários se enquadram no regime do IPREF e o restante no regime geral, o INSS.

Alterações de regras na legislação previdenciária municipal afetaram negativamente as receitas do IPREF. A separação das contas de receita referentes aos planos de saúde e de previdência aliada à passagem da contribuição dos funcionários comissionados para o regime previdenciário geral (INSS) reduziram sensivelmente a arrecadação do instituto de previdência. Ainda, a ampliação da contribuição do servidor de 8% para 11% e da municipalidade de 8% para 22%, em 2005, não foi suficiente à ampliação da receita na escala necessária para conseqüente redução do déficit previdenciário, resultando em recorrentes repasses do tesouro municipal para o IPREF.

O município ingressou em 2005 no projeto Prev-Município, resultado de parceria firmada entre o Ministério da Previdência e Banco Mundial para implantação de medidas de gestão e reavaliação do modelo previdenciário vigente, com recursos repassados ao Município a fundo perdido. Este projeto é direcionado a todas as esferas de governo, cujo propósito é aprimorar as medidas de gestão através da reavaliação do modelo vigente com base na reforma tributária ocorrida em 2003.

Vale ressaltar que apesar do município incorrer em sucessivos déficits, isto é resultado da estabilização do número de servidores estatutários há algum tempo, ou seja, que contribuem para o regime próprio de previdência. Desta forma, o município tem arrecadado valor baixo em relação ao montante necessário para pagamento de suas obrigações, porém, no longo prazo, a tendência é que o déficit se estabilize. Algumas medidas estão sendo adotadas para amenizar a situação do déficit como, por exemplo, o recadastramento de aposentados e pensionistas e a ampliação de funcionários estatutários em áreas que necessitam, dentro do limite de gasto com pessoal da LRF, para que haja aumento do nível financeiro da contribuição no curto e médio prazo.

7.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, o saldo de precatórios em 2005 (último dado disponibilizado pelo STN) atingiu R\$ 156,4 milhões, apresentando grande elevação em relação ao ano anterior, que encerrou o exercício com estoque de R\$ 81,4 milhões. O atual valor representa aproximadamente 10% da receita

orçamentária, ou 1,43% do estoque de precatórios observado nos municípios do Estado.

O crescimento de 92% na passagem de 2004 para 2005 é fruto do reconhecimento de esqueletos e da atualização dos valores que estavam defasados desde 1998. Cabe ressaltar, que os cofres do município sofreram, e ainda estão sujeitos, seqüestros de receita – em que é sacado um valor específico da conta corrente da prefeitura estipulado por ordem judicial – o que prejudica o acompanhamento e o planejamento orçamentário.

A estratégia adotada pelo município em relação ao pagamento dos precatórios foi pagar preferencialmente, além dos alimentícios, os precatórios não-alimentares relativos aos de origem trabalhista. Isso em virtude da situação corrente de seqüestro de receitas, que são oriundos de sentenças anteriores a 2000, segundo a secretaria de finanças.

SALDO DE PRECATÓRIOS - MUNICÍPIO DE GUARULHOS

	2002	2003	2004	2005
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	14.348	25.878	35.321	105.894
Precatórios anteriores a 5/5/2000	51.721	50.497	46.067	50.497
Saldo de Precatórios	66.069	76.375	81.388	156.391

R\$ mil

Fonte: STN

Elaboração: Austin Rating

A situação de aumento do estoque de precatórios do município, bem como a ausência de políticas para a contenção ou redução dos mesmos, reflete de forma negativa no processo de atribuição do *rating*. Porém, caso o município adote alguma medida que vise reduzir de forma mais rápida esse estoque, terá impacto positivo nas próximas avaliações da classificação atribuída.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apóia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento.

8. AVALIAÇÃO DE RISCOS

A capacidade de arrecadação de recursos do Município de Guarulhos é relativamente baixa. Historicamente, mais de 50% da receita total é originária de transferências correntes, o que mantém o município em situação relativamente vulnerável frente a desequilíbrios de outras esferas de governo. Em 2005, o índice de participação na Cota – Parte ICMS apresentou queda, fator que interferiu na execução orçamentária de Guarulhos, uma vez que esta é a principal receita corrente municipal. Cabe ressaltar que, caso ocorram, novas alterações no índice de retorno do ICMS podem prejudicar a realização da receita municipal, comprometendo o pagamento de obrigações municipais ou impedindo investimentos em setores básicos da economia. A questão da guerra fiscal também é um risco à arrecadação, dado o perfil crescente do setor industrial na região.

Os indicadores sociais do município demonstram que ainda há carência de direcionamento de recursos para melhoria das condições de infra-estrutura, como saneamento básico, abastecimento de água e fornecimento de energia, que diminuem a qualidade de vida da população e restringem a disponibilidade de recursos para investimentos que visem acelerar o crescimento econômico, uma vez que seus efeitos benéficos são sentidos no longo prazo.

Além da capacidade de geração de recursos, outro ponto que merece atenção é a situação dos passivos contingenciais: déficit previdenciário e precatórios. Apesar de haver boa capacidade de endividamento, pois a relação DCL/RCL é baixa, o crescente volume de precatórios e do déficit previdenciário são fatores que, no médio prazo, podem exigir concentração maior da prefeitura para conter o avanço dessas despesas, em detrimento ao volume de investimentos, por exemplo, em infra-estrutura, educação e saúde, que são áreas importantes para o desenvolvimento no longo prazo, período de análise do *rating*.

Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

AAA	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de <i>default</i> .
AA	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de <i>default</i> .
A	Boa capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco muito baixo de <i>default</i> .
BBB	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de <i>default</i> .
BB	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros. Risco médio de <i>default</i> .
B	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de <i>default</i> .
CCC	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de <i>default</i> .
CC	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de <i>default</i> .
C	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de pagamento.

Os ratings de "AA" a "CC" podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.